

PMDB garante apoio mas PDS votará contra

Brasília — Embora o líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, não veja dificuldades para que o pacote econômico do governo seja aprovado — “são medidas de largo alcance social e quem ficar contra terá de prestar contas à opinião pública” —, não havia, pelo menos até ontem à noite, uma opinião segura dos partidos não alinhados à Aliança Democrática, a respeito da eficácia das medidas econômicas propostas.

Até as 18 h, à exceção do PMDB e do PFL, nenhum partido tinha sequer visto o pacote econômico. O senador Roberto Campos era o único que já tinha um juízo formado sobre as medidas: “Este pacote não vai atingir os dois objetivos a que se propõe, a redistribuição da renda e o corte do déficit público. E o PDS, seguramente, vai votar contra.”

Desrespeito

Campos considerou “desrespeito ao Congresso” a remessa de um pacote de extrema complexidade e graves repercussões financeiras, ao findar da sessão legislativa. Desde já, garante que não haverá redistribuição de renda porque “isto só se consegue com a valorização do salário real, descontada a inflação”.

— E o que temos assistido é a uma grande permissividade com relação ao processo inflacionário: aumenta-se o salário nominal mas, em contrapartida, promove-se a destruição do salário real — observou o senador.

Continuando sua análise, Roberto Campos disse que a inflação decorre principalmente do déficit público — que força a expansão monetária, e sua correção exigiria o corte e não o mero “financiamento” do déficit público, como propõe o governo. “Impostos, venda de títulos e emissão monetária, apenas financiam o déficit à custa do setor privado”, afirmou o senador.

O Governador Leonel Brizola afirmou ontem que não assumiu qualquer compromisso com o Presidente José Sarney no sentido de que a bancada do PDT vote favoravelmente ao pacote de medidas econômicas. Segundo Brizola, o partido ainda não tem uma posição definida, “pois primeiro precisamos conhecer e estudar o que está sendo proposto”.

O PDT e o PCB têm posições idênticas em relação ao pacote: reconhecem “aspectos positivos”, como a redução da tributação, mas não aceitam por exemplo, no caso do PDT, que não tenha havido taxação sobre os ganhos de capital ou sobre as heranças”. Os dois ameaçam não votar a favor do pacote em função da desestatização proposta.

Enquanto o líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino, vê a privatização das estatais como “uma dilapidação violenta do patrimônio público para pagar aos banqueiros internacionais”, o PCB pretende alterar o programa de desestatização porque “o partido discorda frontalmente desta política”.

“Sob pena de sermos levianos ou irresponsáveis, não podemos emitir nenhuma opinião a respeito de medidas que não conhecemos.” Com esta frase, o líder do PDS na Câmara, Prisco Viana, esquivou-se de opinar sobre o pacote econômico do governo que ele lamenta “tenha sido encaminhado ao Congresso no apagar das luzes da sessão legislativa, em face de sua importância”.

Mesmo assim, arrisca-se a fazer um prognóstico: “Se de fato o governo aumentar de alguma forma os impostos das empresas ou dos contribuintes, a Aliança Democrática terá de, sozinha, aprovar o pacote”. Ele garante que seu partido não votará no pacote neste caso e pedirá verificação de quorum para que o governo assuma a responsabilidade por “uma medida que afetaria o setor empresarial e o contribuinte em geral”.

O vice-líder do PDS, Amaral Neto (RJ), comunicou ontem ao plenário da Câmara que não aceita a votação do pacote tributário do governo em regime de urgência e que tudo fará regimentalmente para impedir a sua aprovação em tempo recorde como querem as lideranças, por achar que o assunto merece estudo mais acurado por parte do Congresso.

“Não se pode estudar e votar em apenas três dias um projeto que o governo com todas as suas equipes técnicas e políticas levou nove meses para elaborar”, afirmou Amaral.

Pela voz do seu líder na Câmara, Gastone Righi, o PTB mesmo sem ter tido acesso ao pacote já tem queixa a fazer: “É lamentável que o governo tenha optado pela devolução parcelada do Imposto de Renda retido na fonte, este ano”.

Ontem à noite, o líder Pimenta da Veiga disse que “o pacote poderá ser colocado amanhã em plenário para votação”.

Mas, como ele mesmo reconhece, “esta hipótese não pode ser assegurada porque ainda não nos entendemos com os demais partidos”.